

CADERNOS EDUCAÇÃO BÁSICA

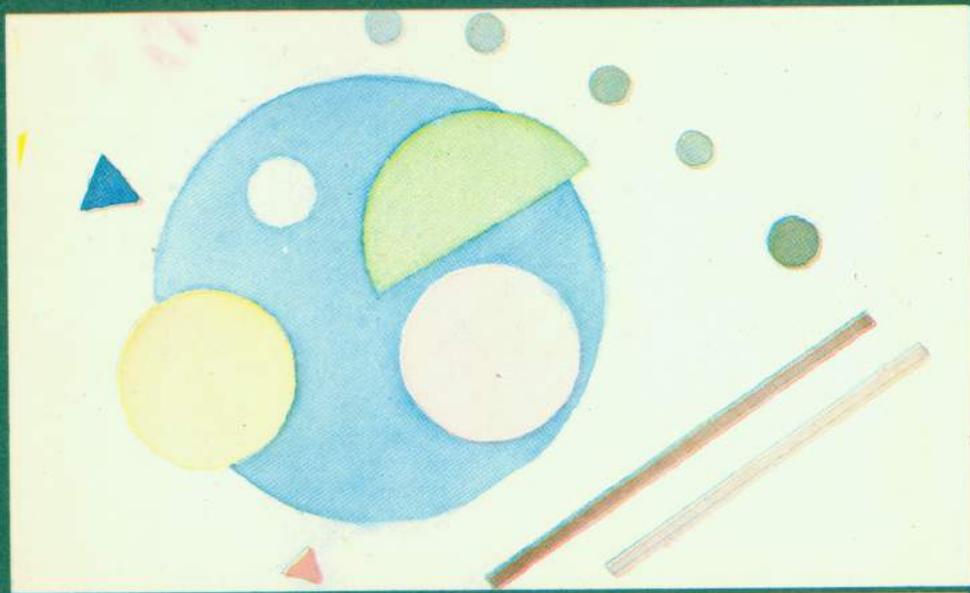
SÉRIE

Inovações

.1.

MOACIR GADOTTI
ERONITA SILVA BARCELLOS

CONSTRUINDO A
ESCOLA CIDADÃ
NO PARANÁ



MEC

PARANÁ RECONSTRÓI A ESCOLA CIDADÃ

SÉRIE INOVAÇÕES
Volume I

O Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Estado de Educação, assume em 1991, o desafio de elaborar sua política educacional embasada na escuta às escolas e na valorização das experiências desenvolvidas pelos seus educadores, bem como em suas preocupações, desejos e propostas.

Nesse sentido busca fazer com que governo e magistério somem esforços na busca da qualidade necessária ao ensino no Estado, questionando o fracasso escolar como algo congruente à função escolar, o ato de executar políticas prontas como tarefa do professor, e a prática do centralismo do poder pensar e propor tão enraizadas em Sistemas de Governos.

O entendimento de que a expectativa de melhoria de qualidade do ensino é maior e mais vibrante na alma do agente direto da ação pedagógica do que junto aos burocratas do ensino, presos a rituais alienados, quando não perdidos em perfunctórias discussões sobre temáticas pseudo-científicas que só interessam aos que cultuam o mito do poder mudar o mundo pela magia do discurso" devolve ao professor, autor que é da ação pedagógica, a condição de sujeito da decisão na construção de projeto político-pedagógico da Escola como conteúdo fundamental da proposta de educação para o Estado do Paraná.

O PROCESSO E SUA METODOLOGIA

Fundamenta o processo de reconstrução de Escola Cidadã, o propósito de conhecer as reais tendências da educação no Paraná consubstanciadas nas práticas do cotidiano escolar, seguindo etapas assim configuradas.

- 1 - Um diagnóstico diferente
- 2 - A hermenêutica das práticas escolares
- 3 - Uma Sistematização das Experiências Escolares
- 4 - A Publicização o do que Fazem, Pensam e Desejam as Escolas



SAO 05.08.93

CONSTRUINDO A ESCOLA CIDADÃ NO PARANÁ

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Itamar Augusto Cautiero Franco

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Murílio de Avellar Hingel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rubens Leite Vianello

SECRETÁRIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Aglaê de Medeiros Machado

COMITÊ TÉCNICO DE PUBLICAÇÕES

Célio de Cunha, José Parente Filho, Helena Maria Sandoval de Miranda,

Walter Garcia, Moacyr Carneiro

APOIO TÉCNICO EDITORIAL

Nebiha Gebrim de Souza, Anna Maria Lamberti, Consuelo Luize Jardon

Guimarães, Solange Maria de Fátima G. P. Castro

CADERNOS EDUCAÇÃO BÁSICA

SÉRIE

Inovações

VOLUME I

MOACIR GADOTTI

ERONITA SILVA BARCELOS

**CONSTRUINDO A
ESCOLA CIDADÃ
NO PARANÁ**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

FUNDAÇÃO CESGRANRIO

PARA LER

CONSTRUINDO A ESCOLA CIDADÃ

O documento Construindo a Escola Cidadã nasceu ao longo do processo de implementação da proposta pedagógica assumida pelo governo Roberto Requião em 1991. Remotamente, é o eco, no Paraná, da Constituição Cidadã, que dedicou capítulo importante à educação.

Proximamente, Construindo a Escola Cidadã procura consubstanciar um método de conhecimento do cotidiano da escola, rico e surpreendente, mas geralmente diluído nas rotinas.

Desde que assumimos a Superintendência, buscamos, com zelo e determinação, superar a síndrome do fracasso escolar, mais psicológico do que real.

Na intimidade doméstica, nas lides empresariais ou em qualquer outro cenário da vida moderna, as pessoas tendem sempre a pautar suas decisões a partir dos êxitos que obtêm. Na escola não. Nela tem imperado pantagruélica autofagia que consome o talento e a criatividade do magistério.

Sempre acreditamos que milhares de professores diplomados em universidades que, certamente, teriam alcançado êxito em outras ocupações, não podem ser considerados fracassados atuando no Sistema Escolar.

Do mesmo modo, entendemos que a expectativa de melhoria da qualidade do ensino é maior e mais vibrante na alma do agente direto da ação pedagógica do que junto aos burocratas do ensino, presos a rituais alienados, quando não perdidos em perfuntórias discussões sobre temáticas pseudocientíficas que só interessam aos que cultuam o mito de poder mudar o mundo, pela magia do discurso.

Desse modo, a tese de base que assumimos defender e concretizar é minimizar o jugo burocrático do sistema de controle que aborrece aqueles que, de fato, produzem o ensino e maximizar, no seu ambiente de trabalho, possibilidades de encantamento com aquilo que fazem.

Ora, se o professor é o autor da ação pedagógica, ele precisa ser respeitado como sujeito de decisão e não como um ordenança, despossuído de vontade própria. Ao Estado cabe mobilizar a totalidade do poder de ação do magistério para cumprir determinado programa, mas

deve deixar o professor livre para escolher instrumentos e caminhos. Subliminarmente, os dossiês revelam que as escolas acatam esta relação de sintonia com o Estado: o Poder Público origina o que deve ser feito e as escolas decidem como fazer. Para tanto, o Estado deve fomentar a pluralidade de visões teóricas, sem renunciar ao seu direito de avaliar as conseqüências que produzem, prestigiando as que equacionam melhor a construção da cidadania.

Como a noção de resultados surge a *posteriori*, é necessário haver discussão e troca de experiências ao longo de todo o processo.

Construindo a Escola Cidadã procura ajudar a todos quantos trabalham no interior da escola, ou em seu redor, a descobrir e entender realidades emergentes, originadas mais da bondade e da intuição pacientes dos docentes do que das incursões salvacionistas dos planos de governo, sempre efêmeros e descontínuos. Os dossiês fazem veemente denúncia silenciosa contra o onipresente Poder Público: as escolas estão cansadas de ser instrumentalizadas por vontades alheias à sua.

Devemos deixar claro que não se busque no documento nova formulação teórica ou ideológica e nem seja analisado como se fosse algum manual de pedagogia. Nele está o resultado da leitura de cinquenta e três dossiês, feita por uma centena de pessoas e a análise e sistematização das informações contidas nos mesmos. Estes documentos foram encaminhados à Superintendência, em maio de 1992, por diretores de escolas selecionadas pelos Núcleos Regionais de Educação, por serem consideradas de bom desempenho pela comunidade. Todo o trabalho esteve a cargo de uma equipe técnica, designada pelo Secretário de Educação. Os dossiês fazem um auto-retrato espontâneo das escolas. A opção da Superintendência para que as escolas revelassem o seu cotidiano no estilo de auto-apresentação se baseia na suposição de que este modo assegura maior autenticidade no relato feito.

O uso de instrumentos estruturados não consegue colher, junto ao interlocutor, os elementos de caráter subjetivo importantes e valiosos para abastecer os objetivos desse estudo.

Devemos afirmar que, sem a lúcida cosmovisão do professor Moacir Gadotti e a experiência acumulada da UNIJUI, trazida pela professora Eronita Silva Barcelos, a Superintendência não teria conseguido a façanha de colocar Construindo a Escola Cidadã nas mãos do magistério paranaense.

A partir de agora, podemos acreditar que a Constituição Cidadã pode contar, no Paraná, com a Escola Cidadã que, se não conseguir erradicar o analfabetismo residual até 1998, certamente, educará melhor os cidadãos que a frequentarem.

Prof. Antônio João Mânfió
Superintendente de Educação e Coordenador da
Equipe que elaborou o documento

APRESENTAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ASSUME O DESAFIO DE INOVAR

Desde 15 de março de 1991, quando assumimos a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, tivemos a grande preocupação de elaborar nossa política educacional pautada na escuta atenta das demandas da rede, sem querer impor soluções milagrosas. Quisemos, antes de mais nada, valorizar o magistério, assegurando melhoria de ganhos, apoio à toda espécie de criatividade docente, voltada à melhoria do trabalho nas escolas, capacitação permanente e respeito ao trabalho em andamento.

Outro propósito, complementar ao primeiro, foi a efetiva descentralização do poder, ampliando a autonomia administrativa e financeira das escolas, bem como buscando incentivar a participação da comunidade escolar no projeto pedagógico da escola e na escolha dos seus diretores. Entendemos que a participação comunitária na gestão da escola, na definição dos seus rumos e na avaliação do seu desempenho é decisiva para o cumprimento de suas funções.

Foi com esse espírito que empreendemos muitas visitas não só aos Núcleos, mas também a numerosas escolas, onde encontramos um espírito de trabalho e generosidade no trato das questões da escola. Depois de muitas andanças, com toda certeza, podemos concluir que se a escola ainda tem alguma qualidade, essa deve-se principalmente à dedicação e ao esforço do magistério. Por isso, continuamos com o firme propósito de promover e apoiar iniciativas e experimentos, voltados para a inovação educacional e para a autonomia, constitutivos essenciais do projeto pedagógico das escolas, visando desenvolver práticas pedagógicas que respeitem a pluralidade filosófica e cultural de nossas comunidades.

A grande maioria das escolas do Paraná vem desenvolvendo experimentos e inovações educacionais que se constituem num dos indicadores básicos da melhoria da qualidade de ensino. Eles merecem ser conhecidos e divulgados.

Uma nova etapa vai marcando a conduta do governo e do magistério. O governo sustenta sua determinação de privilegiar a educação, levando a efeito clara política de valorização do magistério, de modernização da infra-estrutura e de respeito à efetiva autonomia das escolas. O magistério continua disposto e disponível para melhorar a qualidade do ensino. Nota-se a emergência de novo perfil do professor paranaense. Há maior consciência da sua responsabilidade profissional e dos seus direitos. Hoje, parece possível, governo e magistério, somarem esforços na busca da melhoria da qualidade do ensino no Estado do Paraná.

Para além da rotina do ofício docente, inúmeros professores revelam engenho e criatividade. Mas boa parcela desta criatividade se dispersa por falta de mecanismos institucionais capazes de assegurar a continuidade.

O coeficiente de capacidade de ousar fazer coisas novas pode ser medido pela quantidade de "projetos especiais" que as escolas desenvolvem. Em 1991 havia uma demanda na Secretaria de Estado da Educação de 11.500 horas docentes solicitadas pelas escolas para movimentarem "projetos especiais", ou "extracurriculares", ligados à ecologia, esporte, línguas estrangeiras modernas, feiras de ciências, bandas e fanfarras, coral, aulas de leitura, laboratórios, aulas de reforço e outros. Eram mais de 100 "projetos especiais".

No entanto, poucas escolas possuem um Projeto Pedagógico global explícito. A Secretaria de Estado da Educação começou a perseguir, no segundo semestre de 1991, a meta de induzir todas as escolas a definirem o seu projeto maior, de tal modo que toda sua ação fosse "curricular", superando a dicotomia entre curricular e extracurricular. A Secretaria de Estado da Educação começou a entender que muitas escolas consideravam o currículo "do governo" e "seu" o extracurricular.

Do diálogo mantido com inúmeros diretores, ficou claro que as iniciativas extracurriculares eram apresentadas à comunidade como conquistas da escola, num esforço de legitimação pública, frente a um quadro geral de desvalorização da escola.

No início de 92, com o intuito de conhecer melhor o que a escola estava fazendo de inovador e valorizá-lo, a Superintendência de Educação solicitou a cada chefe de Núcleo Regional de Educação que indicasse, a seu juízo, duas escolas que ostentassem, perante à comunidade, um grau destacado de atuação e de desempenho. Os Núcleos Regionais de Educação de Curitiba e da Região Metropolitana apresentaram cinco cada um. Cinquenta e três escolas foram sugeridas como portadoras do destaque emblemático mínimo. A todas elas foi pedido que

elaborassem um dossiê na forma de auto-retrato, através do qual pudessem explicitar o trabalho de seu cotidiano. Esses dossiês foram analisados por uma comissão criada em junho de 1992 com o objetivo de estudar o processo de construção da educação no Paraná na perspectiva do Projeto Pedagógico das Escolas.

Todo esse esforço só tem um objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados pela escola e o seu serviço primordial é o ensino. Portanto, o essencial da escola passa-se na sala de aula, no estudo sério, progressivo e sistemático. Todas as atividades da escola devem estar voltadas para a **sala de aula**, para propiciar o acesso ao saber elaborado em torno da língua, da matemática, das ciências, da história, enfim, de todas as disciplinas cujo conteúdo é essencial para a vida dos nossos alunos em suas múltiplas dimensões: física, afetiva, intelectual, social, moral, estética e religiosa.

Nós entendemos que a escola não pode ser chamada a suprir a comunidade na prestação de serviços sociais que outros órgãos do Poder Público devem realizar. Mas, do mesmo modo, a escola não pode fechar-se apenas em torno da função de transmitir o saber aos alunos.

A escola no Paraná é um espaço reservado à educação das crianças e dos jovens. A eles deve assegurar a possibilidade de desenvolvimento global da personalidade que é evidenciado nos aspectos instrucionais (conhecimento), técnicos (habilidades) e axiológicos (valores e atitudes). O que importa é a formação do cidadão. O auto-retrato que as escolas enviaram à Secretaria revela a existência de ambientes sadios e dinâmicos, dentro dos quais, professores sentem prazer em ensinar, e alunos, alegria em aprender.

Elias Abrahão, Secretário de Educação
Curitiba, 15 de outubro de 1992
Dia do Professor

Capítulo Primeiro

A ESCOLA NUMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Partindo da hipótese de que o desempenho escolar depende primordialmente do projeto pedagógico das escolas, a Secretaria de Educação está norteando sua política educacional em quatro princípios.

1º Consolidação da **gestão democrática**. As escolas do Paraná já têm uma importante tradição de escolha democrática dos seus dirigentes que é preciso consolidar;

2º Estabelecimento de **comunicação direta** da Secretaria com as escolas e dessas com a comunidade. A escola tem uma enorme potencialidade de comunicação que não foi ainda posta a serviço da participação e da democracia;

3º Incentivo às escolas para que elaborem e executem autonomamente seus **projetos pedagógicos**. Um dos mais graves problemas da política educacional brasileira é a descontinuidade administrativa. Os projetos pedagógicos das escolas podem garantir essa necessária continuidade. A educação é um processo a longo prazo;

4º Criação de um sistema de **avaliação permanente do desempenho escolar**, essencial para a implantação do Currículo Básico, público e democrático, que inclua, tanto a comunidade interna (professores, alunos, funcionários e administração), quanto a comunidade externa (pais e associações locais) e o poder público. Os experimentos e inovações educacionais em andamento, ou a serem criados, têm um importante papel, numa avaliação que pretenda ser emancipadora, isto é, uma avaliação que visa à melhoria da qualidade dos serviços que a escola presta à comunidade.

COMO VALORIZAR O TRABALHO ESCOLAR?

Há muitas formas de valorização do trabalho escolar, mas uma é imprescindível. Aquela que guarda a memória do que aí foi produzido. Sem história passada a escola não tem futuro. Mas não se trata apenas de guardar a história legal. Trata-se de guardar a história vivida da escola. Trata-se de guardar o que ela vem produzindo.

De fato, pelo aparato escolar, percebe-se que, em muitos casos, há mais cuidado com a memória administrativa do que com a memória pedagógica das escolas. Em cada escola há uma secretaria. Ali é guardada a documentação escolar. No final do ano, o que fica na escola são os documentos administrativos.

Ora, o essencial da escola é a produção dos alunos e dos professores e não dos documentos legais.

Guardar o secundário – os boletins e a documentação escolar – é como guardar o contracheque sem dar importância ao dinheiro ou mercadorias que ele pode comprar. Ora, se na escola há tanto cuidado com o boletim e outros documentos administrativos, maior cuidado deveria ter a escola com a própria produção escolar. A materialização de tudo o que foi aprendido está no que foi produzido: cadernos, pesquisas, livros e revistas, manuscritos escritos pelos professores e alunos. Parte significativa desta produção deveria ficar na biblioteca da escola de tal modo que a vida dos alunos estaria ali presente, podendo, através desse material, ser percebido inclusive o avanço no saber de uma para outra série. Assim também, parte da vida produtiva acadêmica da própria comunidade estaria preservada na escola. Como seria gostoso (saber é sabor) para as pessoas, mais tarde, voltarem para a escola para lembrar (saborear) sua infância e sua adolescência, através do que foi produzido na época!

Desta forma, a escola passaria a ser a memória pedagógica da própria comunidade local.

Mas a valorização do trabalho escolar passa também pela publicação (tornar pública) da produção escolar, tanto dos professores quanto dos alunos.

Por certo, muitos pais poucas condições têm de acompanhar o trabalho escolar dos filhos, por falta de tempo, de interesse ou de condições instrucionais. Eles recebem o boletim escolar, é verdade. Mas ver o boletim sem ter contato direto com a dimensão substantiva da escola faz pouco sentido.

Por isso, é importante tornar pública, de todas as formas, a produção docente e discente. Se tudo o que é produzido fica escondido em cadernos, como podem os

professores sustentar que são importantes, que a escola é importante, que é importante para as crianças e adolescentes que a frequentam? Não é suficiente afirmar que o que fazem é importante. É preciso demonstrá-lo publicamente.

O leitor da produção discente não pode ser apenas o professor. Mostrar ao professor o que se produziu para ser por ele corrigido e guardado em cadernos não é motivador para os alunos. Todavia, se tudo o que é produzido é também visto por todos em classe, é divulgado na escola, é guardado na biblioteca, é entregue aos pais, tanto para os alunos quanto para seus pais, é muito significativo. O que se produz na escola não é para ser descartado ou escondido em cadernos.

A memória pedagógica e a prestação de contas junto à comunidade, divulgando o que ali se faz, são meios essenciais para a afirmação da instituição escolar como necessária e significativa para a vida dos alunos. Quanto maior o significado intrínseco do ensino para o aluno, maior a probabilidade de que ele não venha a abandonar a sua educação e se torne um indivíduo autônomo e atuante na sociedade em que vive.

COMO MELHORAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ESCOLA?

A escola é uma instituição da sociedade e parte de um processo mais amplo no seio dessa mesma sociedade que tem configuração própria, interesses e políticas a exercitar. Logo, como algo instituído, lida a escola com interesses relevantes para a sociedade, sob a forma de práticas educativas.

Nesse sentido convivem, nesse esforço coletivo que é a escola, dois componentes fundamentais, quais sejam: o instituído e o instituinte. O instituído são as formas, definidas como normas, sistemas de valores considerados como unificadores das ações no interior da escola e em todas as escolas. É esse instituído a regra geral que organiza o trabalho educativo, fornecendo os meios materiais e que busca dar linhas de direção à tarefa educativa, de modo que atende aos “anseios” da sociedade estruturada com suas determinações específicas. O instituído é o que está dado, entendido como o sistema explicitado para a organização e condução da educação.

O instituinte tem seu espaço no instituído e dá sentido a ele, enquanto condição de sua existência. O instituído é formado pelas normas estabelecidas, pelos meios e recursos, é a vida cotidiana, o permanente, o premente. Nesse meio termo, entre o instituinte e o instituído, está, dialeticamente, o instituindo-se, no processo de discussão, de geração de novos valores, normas e procedimentos.

Enfim, temos como condição básica da **escola projetada** – a escola da nossa utopia pedagógica – **escola vivida**, aquela que encontramos historicamente e que, em processo e coletivamente, procuramos transformar (GADOTTI, 1992b).

O instituinte são as pessoas envolvidas na vida da instituição, expressando suas vontades, construindo e reconstruindo espaços de ações num processo interativo no meio em que atuam.

O instituído é importante e necessário, porém, não é suficiente. É vazio sem o vigor do instituinte. É este que, como **projeto pedagógico** de construção coletiva pelos agentes do processo educativo, no interior da escola, se configura como algo que não é e nem pode ser dado por algo ou por alguém, mas pressupõe um contexto livre de limites impostos, onde possa fazer-se possibilidade de participação de todos.

O fim da educação é a formação do indivíduo autônomo. Mas o que é um indivíduo autônomo? E, no plano coletivo, o que é uma sociedade autônoma? Pensa e age autonomamente o indivíduo que não é dominado pelo discurso ou pela vontade do outro.

Ora, a escola precisa trabalhar justamente na transmissão-assimilação do discurso do outro, os conteúdos, produção histórica circunstanciada e sempre em mutação, mas fixados num Currículo Básico. Mas pode fazê-lo de muitas formas. A escola cidadã, formadora do indivíduo autônomo, alimenta-se do discurso do outro, mas o reelabora para torná-lo seu, para que não fale e não pense como o outro, como ocorre com o indivíduo alienado.

Autonomia conduz diretamente à cidadania.

Autônomo não é o indivíduo isolado. Pelo contrário, autônomo é o sujeito ativo, sujeito da práxis. Se lutamos pela autonomia é porque a desejamos para todos. Uma sociedade autônoma é uma sociedade autocontrolada, autogerida, autogestada, onde suas instituições, como a escola, promovem e facilitam a autonomia individual.

Nas condições atuais, pode a escola fazer alguma coisa nesse sentido?

Falar da escola autônoma é também falar da resistência e do conflito que caracterizam essa escola vivida. A tradição burocrática da escola é um fardo pesado que limita os ideais de liberdade e a autonomia. Mas é no interior dessa escola vivida que é possível construir outra escola.

A questão da autonomia da escola é um tema central e preocupação da maioria dos sistemas educativos atuais e de numerosos teóricos da educação.

Os sistemas educacionais encontram-se num contexto de **explosão descentralizadora**. De fato, numa época em que o pluralismo político aparece

como um valor universal, assistimos tanto à crescente globalização da economia como à emergência do poder local, que desponta nos sistemas educacionais de muitos países com uma força inédita. São tendências complementares e não antagônicas. Cresce a reivindicação pela autonomia contra a uniformização, cresce o desejo de afirmação da singularidade de cada região e local, de cada língua, de cada dialeto. O **multiculturalismo** é um fenômeno do nosso tempo.

No campo da educação essas megatendências encontram ainda resistência na tradição dominada pela burocracia que caracteriza os sistemas e pelo corporativismo, que muitas vezes se alia à burocracia resistindo à mudança.

Onde, estão, buscar uma saída para a melhoria do desempenho de nossos sistemas educacionais?

Numa **perspectiva utópica**, fundada na crítica (denúncia e anúncio) que é mais forte do que as ideologias, porque não tem nada a esconder. Ela pode ser transparente, sem táticas ou estratégias ocultas. “A utopia propõe o retorno à comunidade, onde surgiu a escola. Para realizá-la é preciso que a comunidade defenda a educação como defende o acesso aos eletrodomésticos, ao transporte, ao esgoto, ao asfalto, à moradia, ao trabalho... enfim, que ela defenda a educação como fundamental para a sua qualidade de vida.

A questão essencial da escola de hoje refere-se à sua qualidade. E a qualidade está diretamente relacionada com o **projeto pedagógico** das próprias escolas que é muito mais eficaz na conquista dessa qualidade do que grandes projetos, mas impessoais, anônimos, distantes do dia-a-dia das escolas.

Isso porque,

1º só as escolas conhecem de perto a comunidade e seus projetos podem dar respostas concretas a problemas concretos de cada uma delas;

2º assim sendo, podem respeitar as peculiaridades étnicas e culturais de cada região;

3º porque os projetos pedagógicos das escolas têm menos gastos com a burocracia;

4º a própria comunidade pode avaliar de perto os resultados (GADOTTI, 1992a:69).

É assim que se pode construir uma **escola cidadã**. No Paraná essa escola já está sendo construída no envolvimento concreto de muitos educadores, pais, alunos e funcionários. São escolas onde as crianças estão sentindo prazer em ir, prazer em estudar. Essa escola não será abandonada pelas crianças. Porque ninguém larga, ninguém abandona o que é seu e o que gosta.

Capítulo Segundo

ALGUNS RETRATOS DAS ESCOLAS DO PARANÁ

Foi com esse quadro teórico que a comissão se pôs a caminho para analisar os 53 dossiês das escolas do Paraná, procurando, fundamentalmente, com espírito de equidade, respeitar a diferença e valorizar a diversidade e a peculiaridade de cada uma delas.

Muitos são os experimentos inovadores que as escolas do Paraná mostraram nesses dossiês.

A comissão, para isso, utilizou critérios quantitativos e qualitativos, identificando as convergências (por exemplo, educação em saúde, educação ambiental, escola produtiva); comparando as concepções da educação no discurso dos dirigentes das escolas com o discurso da Secretaria; comparando as escolas em termos de organização da aprendizagem, formação do magistério, organização do espaço e do tempo escolar, jornada de trabalho do professor, administração do trabalho na escola, relações inter, extra e intra-escolares etc.

A partir desse trabalho estabeleceu os elementos mais relevantes e os experimentos inovadores mais significativos.

Os indicadores de uma boa escola não são as paredes ou as quadras de futebol. É notável observar que insumos caros, como prédios novos ou melhoria do mobiliário, não se constituem, pelas pesquisas já realizadas, em indicadores essenciais da melhoria do rendimento escolar. Boa é a escola que desperta no aluno o gosto para aprender e participar da vida em sociedade como cidadão. Nesse sentido, insumos instrucionais mais baratos, como livros-textos e, principalmente, a formação permanente do professor, são mais eficazes.

Variáveis, indicadores ou fatores em relação ao trabalho escolar, são escolhidos em função de algum pressuposto. Aqui foi tomado como pressuposto o cumprimento das três funções básicas da escola: instrucional, cívica e social.

Por isso a comissão procurou prestar especial atenção:

1º ao ambiente escolar: número de livros e utilização da biblioteca, experiência de magistério e formação do professor, número de alunos por classe

2º ao ambiente doméstico: existência ou não de cultura letrada em casa, nível de escolaridade dos pais; atividades escolares realizadas em casa;

3º às características dos alunos: origem sócio-econômica, idade, sexo, autoestima, cultura oral, emigrantes e outras.

Nos dossiês faltavam muitos desses dados, não solicitados, mas que foram sendo completados pela assessoria técnica e pela experiência dos membros da comissão.

Segundo pesquisas já realizadas (COSTA, 1990), os fatores que têm maior influência no rendimento escolar são, pela ordem:

1º a origem sócio-econômica dos alunos (sem a ajuda dos pais, da mãe principalmente, o estudante não alcança um bom rendimento);

2º a formação do professor e a sua experiência na disciplina que leciona;

3º o tempo que o aluno passa na escola, para consultar a biblioteca, trabalhar em grupo, receber orientação do professor ou se recuperar de eventuais atrasos. Devido à importância da jornada integral de trabalho e dedicação exclusiva do professor num só local de trabalho e o tempo integral também para os alunos;

4º o projeto político-pedagógico da escola. Não pode a escola deixar de questionar, antes de tudo, a si mesma, o que ela entende por conhecimento, por sociedade, por educação, por projeto pedagógico, enfim, os pressupostos da sua atuação.

Outras variáveis também foram levadas em conta, como o planejamento participativo (participação da comunidade) e a autogestão (autonomia, capacidade de resolver problemas coletiva e comunitariamente).

Muitos seriam os exemplos a serem mencionados, para ilustrar essa análise. No mês de outubro de 1992 foram realizados seminários em 20 Núcleos Regionais de Educação com a apresentação de 500 relatos sobre trabalhos que os professores consideram inovadores. Do mesmo modo, centenas de escolas estão formulando seu Projeto Político Pedagógico com surpreendente qualidade. Esperamos publicar, no próximo ano, um catálogo dos experimentos inovadores das escolas do Paraná, incluindo também as novas propostas surgidas nesse ano. Por ora nos atemos ao que conseguimos identificar nos dossiês, sem mencionar a escola que

está realizando. Entendendo que o Projeto Pedagógico da escola envolve tanto aspectos administrativos quanto aspectos do ensino-aprendizagem, articulados, por um único objetivo, que é o desempenho escolar do aluno, subdividimos os principais experimentos das escolas em dois grandes campos: o administrativo, intitulado **Organização do trabalho na escola** e o pedagógico, intitulado **O currículo na prática escolar**.

1 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA

As sugestões gerais dos dossiês para a organização do trabalho na escola são em número muito elevado. Vamos enumerar algumas para a reflexão e exame crítico dos leitores desse documento, divididas em três blocos: quanto à escola, quanto aos pais e quanto aos alunos.

a) quanto à escola

O calendário escolar, elaborado pelas escolas e aprovado com número de dias letivos maior que o mínimo exigido, deu condições para desenvolver a proposta pedagógica através de cursos, reuniões e grupos de estudo.

Os cursos referem-se principalmente à atualização do Currículo Básico, didática dos cursos profissionalizantes, método de estudo do aluno, etc. Nos cursos, a parceria com as universidades foi destacada como muito importante. Foi sugerido que os estagiários trabalhem na recuperação de alunos com aulas de reforço.

As reuniões foram desenvolvidas em torno da reestruturação do 2º grau, da regulamentação da Biblioteca, para a análise de documentos pedagógicos, troca de experiência, para a elaboração do plano pedagógico anual interdisciplinar e interséries, recuperação e aulas de reforço. Foi sugerida uma reunião do Conselho de Classe bimestral, com o objetivo de fazer o perfil da turma e do professor, quanto ao ensino-aprendizagem e disciplina, levantamento dos diversos problemas pelos professores de disciplinas afins.

b) quanto aos pais

As reuniões periódicas com os pais, mas principalmente no início do ano letivo, para informar sobre a estrutura e funcionamento da escola e, bimestralmente, após o Conselho de Classe, com informativos gerais, programação para o bimestre seguinte, análise dos resultados do ensino-aprendizagem, oportunizando à família fazer colocações e dar sugestões para a melhoria do ensino.

O livre acesso dos pais à escola, através da Orientação Educacional e/ou Supervisão escolar, permite a aproximação com os professores quando necessário.

c) quanto aos alunos

O aluno é o centro de todas as atividades da escola. Para ele convergem todas as ações da escola. Entretanto, algumas foram destacadas com mais ênfase: o clima escolar de trabalho que favoreça o seu aprendizado de forma crítica, sistemática e progressiva.

Destacou-se a importância do uso da biblioteca e sua descentralização nas salas de aula, constante divulgação na parte externa da mesma, através de cartazes com assuntos de revistas, jornais e livros; pesquisas sob a orientação do professor à disposição da biblioteca para atender às solicitações dos professores.

As atividades extraclasse, como sublinharam os diretores, são consideradas conseqüência do trabalho das disciplinas desenvolvidas em sala de aula e reforço e enriquecimento do Currículo. As aulas práticas são desenvolvidas em laboratórios e ambientes próprios para as técnicas dos cursos profissionalizantes.

Outros exemplos podem ser dados para ilustrar a preocupação manifestada nos dossiês com a organização do trabalho na escola:

1º Gestão democrática. A principal inovação das escolas do Paraná neste tema e que é um exemplo para as escolas do resto do país, é a escolha democrática da direção da escola. A gestão da escola se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada, pela participação dos integrantes da escola, bem como da comunidade. Divisão de responsabilidades com a atuação de representantes de turmas e do professor conselheiro. Um experimento inovador na gestão democrática foi realizado no projeto "aluno diretor" no qual, por uma semana um aluno assume provisoriamente a direção da escola, após candidatar-se dentro de determinadas normas, inscrevendo uma plataforma de gestão. Através desse exercício de cidadania a direção da escola e os professores podem conhecer melhor os anseios dos estudantes.

2º Conselho de escola. O Conselho de escola, como órgão responsável pela elaboração, deliberação, acompanhamento, avaliação do planejamento e do funcionamento da unidade escolar, para que seja realmente autônomo e deliberativo deve contar com a Secretaria de Estado da Educação como um órgão de serviço. O Conselho de escola deve representar uma verdadeira escola e uma nova oportunidade para os pais aprenderem e ensinarem na escola. Eles não podem ser tratados como ignorantes só porque desconhecem a legislação escolar. É o que apontam os

dossiês, embora, haja ainda muita crítica quanto ao não funcionamento do Conselho de escola, notam que, onde foram instalados os Conselhos, estes se convertem, rapidamente, em instrumentos essenciais da gestão democrática da escola.

3º Centro Cívico através das diversas atividades que levam à formação de cidadania.

4º Grêmios Estudantil. A formação política ajuda na gestão democrática através do poder de envolver os alunos em questionamentos e atividades que contribuem para o crescimento contínuo da comunidade escolar.

5º Jornal Escolar: produções de alunos, questionamentos aos esquemas escolares, visão discente da escola em confronto com a visão dos professores.

6º Co-manutenção das escolas em regime de colaboração com municípios e a comunidade incluindo empresas públicas e privadas. Nesse campo destacamos os **Convênios** com associações, empresas e faculdades, por exemplo, para a colocação de estagiários dos cursos profissionalizantes. O município é a base do exercício da cidadania; é a primeira representação concreta do estado, unidade de programação e de ação conjunta das escolas situadas em seu território (Escola, Município, Núcleos Regionais de Educação, Secretaria de Educação).

Busca-se, através desses convênios, localizar o papel da escola e da educação na sociedade. Antes de ser professor ou aluno, é preciso ser professor ou aluno de uma escola concreta, situada num determinado lugar, num determinado município. Há exemplos concretos de realização "pela base" do "regime de colaboração" previsto na Constituição (Art. 211) entre a União, Estados e Municípios.

Ainda no campo dos convênios, existem exemplos de escolas que conseguiram informatizar a sua administração contando com recursos de empresas privadas. Por outro lado, experimentos concretos como o "Mutirão", envolvimento semanal da escola na limpeza, pintura do espaço físico etc. ou o projeto "Mergulho na Comunidade", envolvimento da escola em passeatas, passeios ecológicos, festivais etc., mostram o quanto a escola pode contar com a comunidade. A escola deve ser um local à disposição da comunidade, não apenas para assimilar uma cultura escolar elaborada, mas para aí elaborar a sua própria cultura cívica e popular.

7º Valorização do tempo integral. Começou com o "Tempo de Criança". Atualmente, o projeto está desativado. A Secretaria de Estado da Educação está reorganizando o funcionamento das séries iniciais de tal modo que todas as crianças freqüentem a escola de tempo integral. Muitas escolas continuam, com o apoio da comunidade para assegurar os benefícios originados com o "Tempo de Criança".

As crianças ficam tempo integral na escola, com atividades formais próprias do currículo, e em atividades de recreação, artísticas, esportivas e outras.

2 – O CURRÍCULO NA PRÁTICA ESCOLAR

Com relação ao trabalho propriamente pedagógico, os experimentos inovadores estão relacionados mais com as atividades chamadas extracurriculares.

O currículo pode ser entendido como o conjunto das atividades essenciais desenvolvidas pela escola, ligadas principalmente à busca do saber sistematizado, científico, academicamente organizado.

Para melhor entender esse importante item, o subdividimos em duas partes: a primeira referente a temas gerais do currículo e a segunda a questões relativas a cada disciplina da grade curricular.

Temas Gerais

1º **Enfrentando o problema da evasão e da repetência**, juntos, escola e comunidade. Segundo dados estatísticos apresentados nos dossiês apenas 50% dos alunos que iniciam a 1ª série concluem a 8ª. Diante disso, escolas estão estudando a introdução de novas metodologias e conscientizando os pais para que a reprovação e a evasão não sejam atribuídas apenas à escola. As escolas buscam saídas fora dela para enfrentar o problema da repetência.

Outra escola, preocupada com a evasão e a repetência, encaminhou uma reflexão teórico-metodológica para cada área do currículo. Isso chamou a atenção para a necessidade de um aprofundamento da formação do professor na sua atuação profissional e desencadeou uma série de atividades, entre elas, a formação de grupos de estudos na escola e inter-escolas e reuniões com pais para melhor conhecer os alunos. Isso mobilizou e motivou os professores a usarem mais os laboratórios, as bibliotecas e a experimentarem outras metodologias, sobretudo aquelas que incluíssem “aulas práticas”. Por fim acabaram questionando o sistema de avaliação e apresentando sugestões para compor uma nova proposta.

Em outras escolas foi dinamizado o trabalho do serviço de orientação educacional em relação à evasão escolar através de reuniões com pais e associações e confecção de boletins dirigidos aos alunos, informando como deveriam fazer as atividades escolares, sobretudo as “lições de casa”. Em outras escolas foi incentivada, com êxito para a integração escola-comunidade, a observação direta de pais e

elementos da comunidade escolar na própria sala de aula. Em outras escolas os pais, mesmo os semi-analfabetos, trabalham na escola fazendo a matrícula. Um aprendizado para eles e para a escola.

2º **Integrando as atividades chamadas de extracurriculares ao currículo**. As diversas atividades como Hortas, Jardins, Ervas Medicinais, Produtos Químicos, Criação de Bichos, Jornal, Fanfarra, Atividades Esportivas, Artísticas, além de exposições (interesse em socializar o conhecimento) etc., estão sendo consideradas por muitas escolas como atividade curricular, integrando-as às diversas disciplinas. Exemplos: a Feira Cultural. Alunos de uma escola pesquisaram 65 temas sem distinção ou confinamento nas “disciplinas”. Essa pesquisa subsidiou projetos nas áreas de Técnicas Agrícolas, Industriais e Domésticas (indústria caseira). Outro exemplo: “Projeto Criatividade”: espaço para descoberta de talentos, elaboração de trabalhos, sucata, etc.

Em muitas escolas as atividades festivas estão sendo integradas ao currículo escolar. Exemplo: produzem textos, peças de teatro etc. que são apresentadas na escola sobre temas curriculares e são depois analisadas em classe. Se consideradas significativas são apresentadas em outros locais da comunidade. Alguns textos são publicados na imprensa local. O uso da mídia local tem sido um aspecto muito inovador de certas escolas. Dada a dificuldade de colocar assuntos educacionais em pauta dos grandes periódicos e TVs, as escolas buscam saídas através de contato direto dos pais e professores com os responsáveis pelos jornais e emissoras de TV.

Outro exemplo dessa integração está nos relatos de passeios e excursões que são aproveitadas em diversos campos, como Língua Portuguesa, História, Geografia etc.

3º **O aluno como o sujeito do ato de conhecimento**. Exemplo mais marcante desse princípio curricular está no Sistema de monitoria: alunos interagindo no processo de aprendizagem de grupos de colegas. Alunos de classes mais adiantadas ajudam com reforço escolar alunos em dificuldades em outras classes. Há experimentos bem-sucedidos de alunos atuando como palestrantes em assuntos como: Drogas, Aids etc.

Na linha da participação e iniciativa dos alunos, devem ser destacadas aquelas escolas que incentivam os alunos a se comunicarem com alunos de outras escolas do Paraná, do país e até do exterior, aprendendo a escrever e ler em outras línguas e entrando em contato com outras culturas.

4º **Projetos na área de Iniciação ao Trabalho**: Marcenaria, Artes Gráficas, Ajardinamento e Hortas Domésticas etc. Muitos experimentos inovadores foram

apresentados nessa área. Em geral esses projetos são precedidos de uma pesquisa. Os produtos resultantes desses projetos são apresentados ou expostos e, muitas vezes, comercializados na comunidade. Um exemplo concreto é a recuperação de móveis e equipamentos escolares pelos alunos.

5º **Reorganização do tempo escolar.** Escolas estão fazendo a experiência positiva de organização do horário introduzindo um período por matéria, de tal forma que uma disciplina possa ser dada num tempo maior no mesmo horário, evitando o picotamento dos conteúdos em aulas onde as matérias se sucedem, sem aproveitamento, dificultando a visão holística global das unidades estudadas.

ELEMENTOS INOVADORES EM CADA DISCIPLINA

A partir da leitura dos dossiês, a equipe pedagógica do 1º e 2º graus da SEED, destacou alguns pontos comuns na maioria dos trabalhos, observando que muitas das atividades destacadas como relevantes, se caracterizam muito mais como práticas tradicionais da escola do que como experimentos inovadores propriamente ditos. O que não os invalida por não serem antagônicos. Por isso, além deste documento, para orientar as escolas na elaboração de seu projeto pedagógico, a Secretaria de Estado da Educação deverá distribuir outro, contendo, com mais precisão, os seus princípios norteadores da prática do currículo na escola.

Considerando a forma de apresentação da maioria dos dossiês verificamos que a proposta pedagógica é pouco revelada, havendo poucas menções explícitas da perspectiva teórica na esteira da qual se desenvolvem as atividades pedagógicas da escola. Essa lacuna foi superada pela equipe pedagógica da Secretaria de Estado da Educação que, com base na sua experiência vivida e considerando os dossiês como um trabalho preliminar, interpretou os dossiês e fez sugestões. Uma visão mais clara dos experimentos inovadores exitosos das escolas do Paraná só deverá surgir após as escolas se manifestarem de forma sistemática sobre isso, através de levantamento que está sendo feito. Só depois deste trabalho é que poderemos ter o perfil da construção da educação no Estado do Paraná. Esse deve ser um trabalho permanente.

Outra observação refere-se à **função do pedagógico** na unidade da escola: o trabalho da equipe pedagógica das escolas aparece de forma diluída e quando destacado está colocado de forma dicotomizada, caracterizando a fragmentação deste trabalho nas escolas. Isso motivou as equipes pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação a sugerirem especial atenção a esse ponto na discussão do presente documento e no Planejamento do próximo ano.

A história da educação brasileira mostra como esses especialistas foram espoliados da totalidade do seu quefazer pedagógico uma vez que havia uma exata distinção entre os que pensam e os que fazem, reduzindo o professor a um mero executor de tarefas. Hoje eles se encontram numa desgastante busca de identidade profissional marcada pela delimitação de funções. Isto na prática escolar resultou em planejamentos burocratizados com listagens de atribuições e funções que desciam a níveis extremos de detalhamento, mas que não trouxeram, como conseqüência, a correspondente melhoria do ensino. A função dos especialistas não pode ser esvaziada, mas redefinida em função de um projeto político pedagógico da escola pública que valorize todos os profissionais que nela atuam, sejam eles docentes ou não-docentes.

Nesta visão pretende-se superar a preocupação com a delimitação de funções, não permanecendo nela, mas superando-a com uma proposta que viabilize nas escolas a dimensão pedagógica do ato de ensinar. O desafio é efetivar **esse projeto coletivo** onde professores, supervisores, orientadores e diretores possam assumir de fato seu papel de dirigentes orgânicos da nova escola.

No que se refere a cada área do conhecimento, são os seguintes os destaques apresentados pelos dossiês.

1º Língua Portuguesa e Alfabetização

Há preocupação com a produção de texto (inclusive de alunos), com o trabalho, com a oralidade, com a argumentação e há sempre a preocupação de dar a público os textos dos alunos, em forma de livros e exposições. Quanto à alfabetização há muitas menções de que as escolas estão envolvidas desde 1988 com a proposta pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, mediante grupos de estudos, envolvimento em programas de capacitação da proposta do ciclo Básico de alfabetização.

2º Matemática

Os trabalhos desenvolvidos pelos alunos nos conteúdos de Matemática estão diretamente ligados a um tema mais amplo e relacionados com temas discutidos pela sociedade. Os enfoques dados para a Matemática correlaciona a mesma enquanto ciência e como instrumento para as demais ciências, privilegiado não somente os algoritmos mas também sua prática num contexto científico.

3º Geografia

Poucos dossiês mencionam especificamente o trabalho da Geografia. Destacamos como relevante um projeto ecológico chamado "É preciso reviver uma nascente", que enfoca a Geografia como uma ciência social, sem subestimar o fato que o estudo do produto das relações sociais exige o conhecimento do território onde acontecem. A análise dos espaços degradados ou preservados sugere a relação homem-natureza, oportunizando a apreensão dos conteúdos clássicos da Geografia. Estes conteúdos, cuja apropriação pelo aluno é feita de maneira interessante e agradável, trazem pressupostos de que se o homem é produtor de espaços deve atuar também como transformador.

4º História

Diversas escolas apresentaram, entre suas atividades e projetos, alguns subsídios que dizem respeito ao ensino da História: dados históricos da escola, fotografias, principalmente de prédios escolares, celebrações de datas comemorativas tais como dia das mães, festa junina, semana da pátria, danças e dramatizações. São mencionados ainda, concursos de redação, semana cultural, reuniões de pais e mestres.

A sugestão da área de História é que essas atividades mencionadas aconteçam dentro de um processo de contextualização com um planejamento específico, por exemplo: preservar a memória da escola. Aqui entrariam fotos, condições de preservação ou restauração do prédio escolar, produção pedagógica, dados estatísticos como número de funcionários e alunos durante toda a existência, verificação da participação da comunidade em seus eventos e importância da escola para essa mesma comunidade.

5º Ciências

Alguns temas aparecem com mais frequência nos documentos e de certa forma refletem uma preocupação do corpo docente com relação à educação científica. Entretanto, a programação das Feiras de ciências foi o ponto mais destacado pelos dossiês. Nelas os alunos expõem seus trabalhos realizados sobre temas científicos o que se constitui num bom exercício do método científico, mas também numa prestação de contas à comunidade do trabalho desenvolvido na

escola, portanto, não apenas de produção de conhecimento mas de socialização do conhecimento. As exposições incentivam a atividade científica construindo o conhecimento na prática.

6º Educação Física

As escolas apresentam sempre suas equipes de competições esportivas, troféus e diplomas ganhos pelas escolas. Quanto aos conteúdos de ginástica, dança, jogo e esporte, somente este último está presente nos dossiês. Quando aparece a dança, ela consta na disciplina de Educação Artística somente ou como atividade extra-classe.

7º Educação Artística

Apesar das poucas aulas semanais de Educação Artística e do acúmulo de alunos que cada professor acaba tendo, as escolas sempre estiveram envolvidas com o fazer artístico. Na plástica, a pintura está presente desde a pintura de muros, paredes de sala de aula e também de trabalhos individuais dos alunos. Ressaltamos as apresentações musicais, danças, fanfarras, confecções de instrumentos e até de cursos de iniciação musical. No teatro, a dramatização é figura constante através de apresentações de teatro de bonecos e representações do cotidiano.

8º Língua Estrangeira Moderna

Apesar da maioria das escolas oferecerem em seus currículos, uma única língua estrangeira (Inglês), os alunos residentes nas cidades-sede de Núcleos Regionais de Educação podem optar por estudar outras línguas, como o Alemão, o Espanhol, o Francês, o Italiano, o Japonês e o Ucrâniano, nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM).

Os professores do CELEM não se prendem ao ensino da língua pela língua, mas sim seu ensino como expressão natural de uma cultura. Mostram aos alunos que ao compreender e analisar os valores de outra cultura, eles estarão ampliando a compreensão crítica dos próprios valores nacionais e sua visão de mundo. As atividades desenvolvidas pelo CELEM, como exposições (mostrando a realidade de outros países), viagens (Paraguai e Argentina), têm auxiliado as escolas no desenvolvimento da integração curricular e melhorado sensivelmente a qualidade do ensino em muitas escolas.

9º Educação Religiosa

Inúmeras experiências no campo da Educação Religiosa apresentam-se como inovadoras. Todas elas transcendem o reducionismo do confessionalismo eclesiástico e apontam uma dimensão em que se faz presente a abertura para os valores essenciais da vida, a criação de um ambiente que possibilita aos educandos a busca do sentido da vida e das suas aspirações essenciais.

10º Educação Especial

A Educação Especial no Paraná atende os portadores de necessidades especiais sob a ótica educacional e terapêutica, através de programas educacionais circunstanciados na rede oficial de ensino ou em parceria com escolas especializadas particulares, visando a habilitação ou a reabilitação, educação escolar, a profissionalização e a conseqüente integração social.

São adotadas técnicas específicas para atender as diferenças individuais. O ensino é individualizado, respeitando-se as características biopsicossociais do educando e abrangem desde Estimulação Precoce, até a profissionalização, passando pelos conteúdos de 1ª a 4ª séries do currículo básico.

CAPÍTULO TERCEIRO

PERSPECTIVAS MARCANTES DAS ESCOLAS DO PARANÁ

Muitos exemplos podem ser dados em torno de uma nova filosofia da escola que está nascendo no Paraná, voltada para a integração com a comunidade com um enfoque nitidamente neo-humanista (intersubjetividade, pluralidade) que envolve muitas atividades, como: esporte, danças, exposições (fotos), experiências de laboratório de ciências, textos polêmicos, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, integração de conteúdos, preocupação alimentar através da merenda, receitas, horta, ambiente, uniforme, etc.

Dentro dessa perspectiva, nota-se pelas fotos apresentadas nos dossiês o quanto o elemento alegria (no latim a palavra "scolla" significa "alegria", "lazer") está presente, manifestando não apenas no sorriso, mas também nos gestos onde as mãos representam o que há de mais visível. A preocupação com a alegria, o movimento, a saúde, o belo, demonstram um grande otimismo, uma esperança ativa e um entusiasmo pela educação, apesar das enormes dificuldades enfrentadas. Esse entusiasmo merece ser premiado.

As escolas do Paraná, pelo que valorizam, têm um perfil novo que convém realçar e potencializar nas seguintes direções complementares, formando um todo harmônico. Entre elas, destacamos:

1º as escolas do Paraná, preocupadas com a publicação do seu trabalho, conquistaram o seu entorno, demonstrando grande integração com a comunidade. A isso podemos chamar de tendência para uma **educação comunitária**;

2º ao mesmo tempo em que procuram prestar serviço à comunidade, também são influenciadas por ela. Daí nutrirem-se dos valores da comunidade. Dada a diversidade cultural das populações do Estado, surge aqui uma nova tendência educacional que podemos chamar de **educação multicultural**;

3º as escolas do Paraná, por outro lado, estão muito preocupadas com a saúde, a produção e o meio ambiente. Essa tendência podemos chamar de **educação**

ambiental e produtiva, isto é, preocupada com o mundo vivido e não apenas o mundo das idéias;

4º finalmente, as escolas do Paraná demonstram consciência de que o trabalho individual do professor não é suficiente para enfrentar seus problemas. Daí a necessidade de um trabalho coletivo que podemos chamar de **educação interdisciplinar e transdisciplinar**, a necessidade de constituir um paradigma em que se dê a unidade do saber no interior de cada disciplina.

DAR A PÚBLICO O TRABALHO DA ESCOLA

A partir da análise dos dossiês notamos que tem sido preocupação das escolas do Paraná o entrosamento direto com a comunidade. Há intenção de tornar visível o trabalho escolar não só no âmbito da escola, mas também fora dela.

Um dos aspectos nos quais é notável essa preocupação é a exposição de trabalhos de alunos, científicos, manuais e artísticos e também trabalhos escritos como textos e poesias. Esses textos são expostos em locais públicos dentro da própria escola e fora dela, nos bancos, por exemplo.

Tornando público o produto do seu trabalho a escola realimenta a sua própria forma de produção. Ao invés da simulação e artificialidade das tarefas escolares o que passamos a ter é uma atividade dirigida a alguém, dirigida ao outro para que seja vista, apreciada e lida.

Quando se tem um interlocutor garantido para um trabalho escolar, este passa a ter finalidade, pois está concretamente dirigido a um público real e não apenas a um professor para que este avalie a seu modo.

Com isso desperta-se o gosto para aprender sem tanta sofisticação material.

Cada escola pode e deve autonomamente criar e elaborar atividades escolares dirigidas ao público, à comunidade. Esta é uma razão para tarefas escolares em substituição ao artificialismo, mecanicismo e simulação no modo de fazer da escola improdutiva.

Outro aspecto no qual notamos a preocupação com a interlocução com a comunidade pode ser notada nas publicações, nos jornais, locais dos eventos escolares, esportivos, culturais e artísticos.

Faz-se publicar o desempenho de alunos em vestibulares, os jogos escolares, as noites de autógrafos com escritores e poetas e até a questão da qualidade do ensino da escola pública.

Ainda nessa direção notamos a preocupação de reunir os trabalhos escritos por alunos em “livros” para que haja veiculação dentro e fora da escola.

O que esses exemplos concretos nos revelam?

Na análise dos experimentos explicitados pelas escolas transparece ou pode se perceber um esforço de tematização de suas preocupações com a educação das crianças e jovens, propondo já a reconceitualização dessa tarefa e do currículo que a concretiza.

Pode-se inferir, pelo auto-retrato, o que as diversas escolas se propuseram fazer de si mesmas, um desejo de atuar na direção do questionar para atingir a melhoria da qualidade de vida de “sua clientela” e quiçá de seus professores. Há uma nítida preocupação que se configura como posição de valores a serem trabalhados, como saúde, lazer, alegria, convivência fraterna, busca de identidade (autoconceito) junto à comunidade onde se situa etc. Ela, a escola, quer poder falar aos pais de seus alunos, às outras instituições, à sociedade e, ao mesmo tempo, quer que estes lhe falem.

A integração com as outras instâncias da sociedade parece ser uma necessidade que a escola busca satisfazer. Isso significa que está havendo uma **reconceitualização do trabalho da escola**, saindo do “estritamente curricular” para vinculá-lo concretamente à vida humana e ao mundo vivido. As escolas querem falar umas com as outras. “A educação comunitária contribui para que os indivíduos construam suas vidas e achem seu lugar na sociedade. Ela objetiva desenvolver nas associações e movimentos (cooperativo, de mulheres, de crianças e adolescentes, indígena, negro, de comunidades eclesiais de base, ecológico, direitos humanos etc.), a capacidade de enfrentamento de problemas comuns, tais como: alimentação, moradia, emprego, vida familiar, saúde, transporte, educação, meio ambiente etc. É a escola pública, exercendo uma função articuladora no meio social, pode ser um poderoso instrumento nas mãos da população para o enfrentamento desses problemas” (GADOTTI, 1992c: 27-28).

Não se trata de responsabilizar a escola por todos esses problemas. Trata-se de não considerá-la como uma “ilha de pureza” no mar dos problemas sociais, pretendida a partir de uma concepção conteudista-funcionalista que separa a escola dos movimentos e organizações sociais.

A educação comunitária procura fazer com que as pessoas tomem consciência de seus direitos e participem coletivamente das decisões a serem tomadas para enfrentar os seus problemas. Ela pode ser praticada através de diversas instituições e organizações, por exemplo, em escolas, empresas, movimentos populares e

associações locais. É assim que a escola cidadã contribui para a construção de uma sociedade cidadã.

RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL

As escolas do Paraná, como aliás muitos também em outros Estados, apresentam elementos de uma educação multicultural que convém analisar, na medida em que pode vir a se constituir numa experiência de inovação muito importante para o sistema educacional brasileiro.

A **educação multicultural** “visa responder adequadamente a questão da diversidade cultural dos alunos e da sociedade. A primeira regra dessa educação é o **pluralismo** e o respeito à cultura do aluno como ponto de partida. Ela tem, portanto, como valor básico, a democracia. Propõe-se instaurar a **equidade** e o respeito mútuo, superando preconceitos de toda espécie, principalmente o preconceito de raça e de pobreza. Sem esse princípio não se pode falar em educação para todos ou de melhoria da qualidade de ensino... A educação multicultural pretende enfrentar o desafio de manter o equilíbrio entre a **cultura local**, regional, própria de um grupo social ou minoria étnica, e uma **cultura universal**, patrimônio hoje da humanidade... A educação multicultural pretende analisar criticamente os “currículos” monoculturais atuais e procura formar criticamente os professores, para que mudem suas atitudes diante dos alunos mais pobres, diante das minorias culturais ou das culturas em desvantagem social e elaborem estratégias instrucionais próprias para a educação das camadas populares, procurando, antes de mais nada, compreendê-las na totalidade de sua cultura e de sua visão de mundo” (GADOTTI, 1992c: 20-22).

Por exemplo, na **educação de jovens e adultos trabalhadores**, uma estratégia de alfabetização, numa concepção multicultural, deveria partir do relato da experiência de trabalho e de vida deles mesmos, isto é, da biografia dos próprios educandos e não do desenho das letras que é uma técnica anticientífica. Os jovens e adultos sentiram-se mais envolvidos no processo de alfabetização, no momento em que perceberam a importância que o professor dava à vida deles. Como dizia um deles, ele tinha “vergonha” de contar sua vida porque a considerava um “fracasso”. Atribuía a ele mesmo esse fracasso e não a uma estrutura social e econômica iníqua. Ao “contar” o que “fez na vida”, ele podia assumi-la com mais confiança, compreendê-la melhor, buscar as razões para uma “vida melhor”. Se aprender lhe possibilitava “viver melhor”, daria tudo de si para continuar apren-

dendo. Se a escola era isso, era tudo o que procurava. Sentia-se feliz em estar na escola, já que em tantos lugares de trabalho ele sempre era “envergonhado” (Idem).

Num estado com tantos imigrantes e descendentes o estudo das línguas estrangeiras é muito importante. Muitos descendentes de estrangeiros que não falavam bem o português, ao entrarem nas escolas, foram reprimidos no passado, numa tentativa de fazer com que “esquecessem” ou “sentissem vergonha” de suas línguas maternas. Essa situação mudou radicalmente no Paraná.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, **a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada.** A abertura da zona de livre comércio no Mercosul poderá ajudar nessa tarefa as escolas do Paraná. Autonomia da escola não significa isolamento, fechamento numa cultura particular. Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Pluralismo significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais e entendimento das especificidades como modos de manifestação e representação na mesma totalidade.

Mas a escola sozinha não pode dar conta dessa tarefa. Por isso, ela, numa perspectiva intercultural da educação, alia-se a outras instituições culturais. Daí a necessidade de ser autônoma. Sem autonomia não poderá ser multicultural. Ela deve possibilitar a seus alunos o contato com alunos de outras escolas, possibilitar viagens, encontros e toda sorte de projetos, próprios de cada escola, que a constituam num organismo vivo e atuante no seio da própria sociedade.

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A preocupação ambiental, com a saúde e o trabalho também se faz presente nos dossiês analisados.

Quanto ao primeiro aspecto é constante a preocupação com a pintura artística dos muros e com o jardim da escola. É uma forma de embelezamento e educação do senso estético. A preocupação com a saúde se faz presente na educação através do trabalho como o da horta e da preservação do ambiente. Plantar, colher, preparar os alimentos são conteúdos necessários que a escola vem desenvolvendo. É também uma forma de vincular a escola com o cotidiano, com a necessidade básica do homem de prover o seu sustento, sem envenenar-se com agrotóxicos. A

preocupação ecológica já está internalizada na escola e a preservação do ambiente já é constante em quase todos os dossiês analisados.

O que é educação ambiental?

Em primeiro lugar é preciso distinguir entre a **educação ambientalista**, que não passa de um modismo em torno da defesa da fauna e da flora e uma verdadeira **educação ambiental** que deve ter por base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade. Ela é tanto individual quanto coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária. Enfim, a educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

Outra tendência importante, mas também articulada com a educação ambiental, é a concepção do trabalho como princípio educativo. Não se trata de um slogan. Trata-se de uma prática concreta. Essa tendência vincula **aprendizagem com alternativas de produção**.

Aprender através da atividade produtiva não significa limitar a aprendizagem da educação a um quefazer técnico-produtivo: a educação popular comunitária deve possibilitar aos educandos o acesso a uma cultura geral, exigida para o acesso a outros níveis de escolaridade e de trabalho.

Podemos observar o surgimento de uma concepção da economia que na falta de melhor expressão podemos chamar de **economia popular sustentável**. Trata-se, por exemplo, de produção cooperativa, comunitária, alternativa, microprojetos econômicos etc. Ela visa instituir, a longo prazo, uma sociedade com um modo de vida (de produção) que se inspire nos ideais de solidariedade e não se oriente pela lógica do lucro e pela destruição do planeta. Por isso, ela tem como elementos constitutivos essenciais: a cooperação, a comunicação, associados a valores de solidariedade, participação, autogestão, autonomia e iniciativas de caráter integral como vida coletiva, cultural e educativa.

APRENDENDO A TRABALHAR INTERDISCIPLINARMENTE

A ação pedagógica através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O educador, sujeito de sua ação pedagógica, é capaz de elaborar

programas e métodos de ensino-aprendizagem, sendo competente para inserir a sua escola numa comunidade.

O objetivo fundamental da interdisciplinaridade é experimentar a vivência de uma realidade global que se inscreve nas experiências cotidianas do aluno, do professor e do povo e que, na escola tradicional, é compartimentizada e fragmentada (FREIRE, 1991). Articular saber, conhecimento, vivência, escola, comunidade, meioambiente etc., é o objetivo da interdisciplinaridade que se traduz na prática por um **trabalho coletivo e solidário** na organização do trabalho na escola.

Não há interdisciplinaridade sem descentralização do poder, portanto, sem uma efetiva autonomia da escola.

Usamos quase indistintamente as palavras interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, embora tenham conotações diferentes (complementares, não antagônicas), para designar um procedimento escolar que visa à construção de um saber não fragmentado; um saber que possibilita ao aluno a relação com o mundo e consigo mesmo, uma visão de conjunto na transformação de sua própria situação com que se defronta em determinados momentos da vida. A interdisciplinaridade está no âmago de cada disciplina, que não são fatias do conhecimento, mas a realização da unidade do saber nas particularidades de cada uma.

Capítulo Quarto

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O projeto político-pedagógico da escola é tarefa dela mesma, processo nunca concluído que se constrói e se orienta com intencionalidade explícita, porque prática educativa. Construí-lo significa ver e assumir a educação como processo de inserção no mundo da vida, de formação de convicções, afetos, motivações, significações, valores e desejos, onde os processos de ensino-aprendizagem são concebidos "como processos encadeados de aquisição de competências lingüística, cognoscitiva e de ação integrativa" (MARQUES, 1990: 134).

A conquista da autonomia da escola é atingida quando se entende o significado de sua proposta pedagógica, porque é fruto da ação de todos os envolvidos na dinâmica do ensino-aprendizagem, participantes na auto-reflexão do trabalho educativo, ato político coletivo.

A escola é, em última análise, uma proposta pedagógica. Mas de quem é a responsabilidade dessa proposta? Que identidade é ela? É de quem para quem? Trata-se, pois, de entendê-la no seu "o que é", "como é", "porque é assim" e "a quem vem". Trata-se de um aprender a fazer a leitura dessa proposta em sua intencionalidade, como condição de poder dela participar, no sentido de sua provisoriedade, retomando sempre de novo as questões substantivas da educação e as questões estratégicas da sua condução pedagógica.

DA IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS

Nosso contexto pós-moderno (GIROUX, 1991) cria a necessidade de uma visão geral e total, de um saber global a respeito da sociedade, sua teia de relações,

instituições e suas funções. Quer dizer, impõe a exigência da superação do linear, do fragmento, do unilateral, do ponto, do melhor, do mais forte... Nestes novos tempos é preciso reconhecer a necessidade da busca da reconceitualização da escola, de sua função e de seu quefazer específico. A construção do novo conceito, na relação como o já existente, é possível num ambiente livre da inibição de colocar-se, do falar em igualdade de condições. O que ocorre num ambiente democrático, lugar do divergente, da diversidade, da explicitação interativa das vontades e vozes coletivas.

Da mesma forma, torna-se importante construir junto o entendimento do que seja a educação que se quer, pois é de nosso contexto atual, a nova exigência da "passagem do ideal epistemológico, ou epistêmico da educação a um ideal hermenêutico" (VATTIMO, 92:13) da pluralidade de possibilidades. Daí a necessidade e importância da construção da proposta pedagógica da escola pelos educadores que nela atuam. Isso significa resgatar a escola enquanto espaço público, pelo processo da discussão aberta e séria que recupera a capacidade de reflexão por parte dos professores, alunos e pais no interior dos coletivos pluramente organizados e com identidades próprias.

Claro fica que o espaço público se constitui no lugar do embate de idéias, posturas e entendimentos na direção do esclarecimento necessário. O espaço se faz público quando "habitado" por homens esclarecidos, o que resulta de um longo processo de interlocução em reciprocidade de condições, e como consenso de opiniões publicamente confrontadas, ou seja, da publicidade crítico-reflexiva.

A escola assim definida institui o princípio e a prática de que todos os integrantes do processo educativo, têm a capacidade de ouvir e serem ouvidos na disposição de participar da livre discussão na busca da elaboração das propostas pela explicitação conjunta de todas as explicações e concepções.

O projeto político-pedagógico, sempre em construção, cria as possibilidades de definição de metas coletivas que possam conduzir à busca da elaboração de um "patrimônio ideal comum" e não exclusivamente baseado na participação comum nos processos técnicos, burocráticos ou instituídos (VATTIMO, 92:11).

O QUE É PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Convém ter claro que já não se trata de entender o projeto pedagógico da escola como até há pouco tempo se entendia, como sendo um conjunto de objetivos, metas, procedimentos, programas e atividades "a priori" determinados

e, explicitamente pensados e propostos, tecnicamente bem organizados e explicitamente bem fundamentados em uma teoria eleita como a mais adequada à prática de educação desejada e posta como a ideal a todas as escolas.

A organização e o planejamento são nesta postura (racionalidade), instrumentos de hierarquização e ritualização, resultando na fragmentação dos tempos e espaços escolares, na dispersão de energias e esforços e na descontinuidade dos processos educacionais. As atividades deixam de ser criativas para seguirem orientações externas e exteriores à escola.

Esta é uma prática que há várias décadas ocupa o cenário da educação. Todavia não se trata de negá-la pura e simplesmente. Trata-se sim de entendê-la em sua historicidade e apurar a sua insuficiência, na organicidade de seu modelo, para as novas exigências da cidadania, cujas características extrapolam as possibilidades da educação científica dos modelos prontos. É a partir da consideração e da hermenêutica dessas práticas que o projeto pedagógico, fundado na reflexão coletiva, será construído no interior da singularidade de cada escola e não mais como algo que aí está, mas como algo que se está sempre fazendo de novo.

Logo, é preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações, tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja para que projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação.

É o projeto pedagógico um permanente processo de discussão das práticas, das preocupações (individuais e coletivas) dos obstáculos aos propósitos da escola e da educação e de seus pressupostos de atuação.

É a "marca da escola", é sua vida concretizada na dinâmica curricular, que institui no âmbito do instituído, dilatando-o em espaços de possibilidades, motivações e ações concretas, otimizando seus tempos, seus recursos, meios e procedimentos.

É o projeto pedagógico a expressão operativa da intencionalidade da educação desejada pelos sujeitos da ação que estabelecem seus planos e seus compromissos num processo em que estão auto-implicados nos propósitos que definem e projetam.

Em suma, "em seu projeto pedagógico, consubstancia-se a escola em sua especificidade do conjunto das condições para a organização do coletivo dos

educadores e dos educandos em relação de reciprocidade e como condução de ações sistemáticas de contínua reflexão sobre processos da educação e revisão permanente dos objetivos pretendidos, das práticas em desenvolvimento e da processual apreciação e avaliação da aprendizagem coletiva e individual” (MARQUES, 1990:137).

O projeto político-pedagógico é a ousadia da escola em assumir sua autogestão.

COMO SE CONSTRÓI O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A educação é um processo de longo prazo, por isso o projeto pedagógico das escolas está sempre em construção. Isto requer um novo modo de ver e de fazer a escola. Propõe que o educador redefina a sua atuação no entendimento da mesma, como ação integrada com seus iguais e numa perspectiva interdisciplinar.

Significa repensar e abrir-se para novas formas de organização para as práticas pedagógicas. Uma organização para a prática e integração. Cumpre, também, o delineamento da direção a ser dada ao processo educativo.

A direção é a substância da construção do projeto pedagógico.

E, como levar à operacionalidade nas escolas essas dimensões do entendimento, da organização e da direção?

Não há um esquema ou um modelo fechado, “abotoadinho” ou instituído que dê conta disso. Mas há algumas diretrizes e alguns pressupostos que, se compreendidos e feitos seus, pelos educadores, podem representar uma proposta possível para encaminhamentos alternativos.

Explicando essas diretrizes e pressupostos, referimos:

1º A escola, enquanto espaço educativo, é por essência lugar social da comunicação humana e reciprocidade e reversibilidade. A construção do projeto pedagógico se faz, então, vivenciando isso, pelo diálogo, pelo falar das aspirações e práticas relativas ao ensino-aprendizagem e ao fazer pedagógico global.

2º A discussão é a estratégia básica para a publicação daquilo que os professores e alunos fazem na escola, do que pensam, sabem e experimentam; de seus valores de vida e convivência.

3º A teoria não é por si a solução para práticas novas. Logo não basta e não se pode trocar de uma para outra. Ela está no âmago de qualquer prática. Devem as teorias iluminar e conduzir as práticas e nestas, nelas devem encontrar explicações e fundamentação. Daí, a necessidade da atitude de constante reflexão e teorização das práticas escolares por seus atores.

4º O importante não é chegar a um plano acabado, mas é o planejar de organização e articulação dos professores e alunos para as atividades de ensino-aprendizagem: é um instrumento estratégico básico, uma condição intrínseca ao projeto pedagógico. É preciso dar muita atenção à forma de como conduzi-lo. O procedimento essencial é a participação de todos os envolvidos no e com o trabalho escolar, em igualdade, na condição de parceiros interagindo desde a decisão, passando pela operacionalização até a avaliação do que se propõe, realiza e aprende.

5º As pedagogias presentes nas salas de aula precisam ser conhecidas e articuladas. E assim tomadas são definidoras dos eixos básicos da pedagogia da escola – seu projeto pedagógico.

6º Para entender o que é educação, o papel da escola e seu projeto deve-se fazer o questionamento cooperativo acerca do entendimento do que seja conhecimento, sociedade, ciência, aprendizagem, currículo, qualidade de ensino e competência, pelo menos.

7º O redimensionamento dos espaços-tempos da escola (séries, carga horária, ano letivo, disposição de horários e das disciplinas no todo do currículo) deve ocupar a discussão permanente e recorrente dos educadores para que os processos organizativos-operativos escolares sejam democratizados, abertos e criativos. É preciso desconfiar que o modelo de escola que se tem pode não ser suficiente para a tarefa educativa que se precisa realizar. Pensar a função e identidade de cada série ou grupo delas, conceituar currículo de 1º grau, de 2º grau são tarefas de construção do projeto pedagógico.

Como organizam-se os professores na dimensão curricular da escolaridade que a escola põe à disposição dos alunos que a ela ocorrem? Quais as possibilidades efetivas que os alunos têm de perceber a proposta global da escola, porque dela participam, de modo a situar-se em cada etapa de sua aprendizagem visualizando-a em continuidade? E os pais como interlocutores, que possibilidades lhe são postas para o entendimento e acompanhamento participativo do e no que fazer escolar que orienta e conduz a educação de seus filhos?

Enfim, os pressupostos e instrumentais teórico-metodológicos de como construir o projeto político-pedagógico da escola geram-se no coletivo escolar pelo

processo de discussão, que cada escola for capaz de implementar no seu ritmo e tempos próprios e na dimensão das vontades dos coletivos nela atuantes. **Construir um projeto pedagógico de escola é mantê-la em constante estado da reflexão e elaboração numa esclarecida recorrência às questões relevantes do interesse comum e historicamente requeridas.**

Não existe, na construção do projeto político-pedagógico da escola, um ponto ótimo (final) senão pontos de partida sempre renovados, ritualizados e ampliados em sintonia com o mundo vivido numa incessante busca de significados novos para viver (BARCELOS, 1992).

Conclusão

CONSTRUINDO O PROJETO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS

Como sustentamos, o essencial da escola é a realização do seu projeto, concretizado no currículo, num sentido amplo. A educação formal lida essencialmente com o conhecimento. Quando ela sai da sala de aula, nas chamadas atividades extraclasse, é para cumprir essa tarefa e não para fugir da sua função específica. As atividades extraclasse, como sustentaram os diretores das escolas que encaminham os dossiês, são complementares. A preocupação deles é fortalecer o pedagógico e o trabalho do professor na transmissão-assimilação do conhecimento científico. Nesse sentido é muito promissor o fato de os alunos estarem hoje cobrando mais dos professores.

As tendências apontadas pelos experimentos inovadores das escolas do Paraná se constituem em eixos básicos, profundamente interligados, e que fundamentam o projeto pedagógico que as escolas estão construindo.

Pela análise dos dossiês das escolas podemos concluir que:

1º é preciso, de certa forma, redefinir o papel histórico da Secretaria da Educação, como único agente de promoção da educação. Seu papel burocrático foi posto em questão, embora seu papel político e de coordenação pedagógica tenha sido realçado. Trata-se de evitar ao mesmo tempo o paternalismo, o corporativismo, o espontaneísmo e o democratismo;

2º é preciso usar a escola o ano inteiro. O que significa que o ano letivo pode ser iniciado em épocas diferentes em cada escola e cada escola pode oferecer diferentes projetos de ensino-aprendizagem. Deve haver certa flexibilidade, permitindo maior autonomia. Trata-se, através de medidas como essa, de impulsionar a escola no desenvolvimento da cidadania;

3º existe um grande cansaço com as teorias salvacionistas ou que desprezem a operacionalização. Por isso, esse novo documento da Secretaria de Estado da Educação não propõe uma teoria contra outra teoria. Propõe um conjunto de

práticas baseado na experiência concreta das escolas que deseja desenvolver e não substituir. A teoria está no âmago de qualquer prática. Ela deve iluminar e conduzir as práticas e as práticas nela devem encontrar explicações e fundamentação;

4º a educação é um processo de longo prazo, por isso o projeto pedagógico das escolas deve estar sempre em construção.

Entendemos o **currículo** no seu sentido amplo de projeto pedagógico. Não se pode confundir currículo com grade curricular ou com um índice de assuntos de livro didático. Ele é o instrumento básico da organização do trabalho na escola. Nesse sentido, ele deve integrar o formal e o não-formal, vinculando o escolar e o não-escolar. Os conteúdos não devem ser transmitidos de forma desvinculada do cotidiano.

Mas não é fácil de atingir o **cotidiano**, escondido sob a **cotidianidade**. É preciso conhecê-lo através de uma pesquisa participativa constante da realidade local.

O cotidiano escolar envolve todas as áreas necessárias ao funcionamento da escola: econômica, social, pedagógica e administrativa. Para conhecer o cotidiano é importante conhecer a realidade do momento histórico que vivemos. Por isso, é preciso distinguir o cotidiano, da **cotidianidade** e da rotina. A **cotidianidade** e a rotina são a cristalização do cotidiano. Na **cotidianidade** e na rotina, o cotidiano deixa de ser um espaço vivo e aberto à liberdade, às iniciativas individuais, à criação. A organização e o planejamento tornam-se instrumentos de hierarquização e ritualização, resultando na fragmentação do tempo e do espaço e na descontinuidade dos processos educacionais. As atividades deixam de ser criativas para seguirem orientações externas e exteriores à escola.

A Secretaria de Estado da Educação pretende iniciar, através do lançamento ao debate desse documento, baseado na análise dos dossiês enviados pelas próprias escolas, um grande esforço, **apoiando financeiramente os experimentos inovadores das escolas**, como estratégia para a construção do seu projeto pedagógico.

Cumprindo uma das linhas de atuação que está no Plano Setorial da Educação, que é o "apoio à criação pedagógica" das escolas, a Secretaria de Estado da Educação está propondo que todas as escolas continuem elaborando e aprofundando seus **projetos pedagógicos**. O **projeto pedagógico das escolas é o projeto da Secretaria de Estado da Educação**. De modo geral, as Secretarias não conhecem o mundo das escolas, por isso não são parceiras das escolas. Para que a Secretaria de Estado da Educação seja parceira é que está se pondo a campo para

conhecer mais de perto das escolas, para poder melhor ajudá-las e, assim fazendo, melhor cumprir seu papel.

O papel da Secretaria de Estado da Educação não é o de uniformizar as escolas, nem matar a sua criatividade. É o de orientar e estabelecer as diretrizes necessárias para unificar as ações básicas de todas as escolas com vistas ao cumprimento de suas funções. É isso que ela está pretendendo ao lançar o presente documento para a discussão de todos os professores no **Planejamento de 1993** e para a elaboração do **Projeto Pedagógico das escolas**.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELOS, Eronita. "A escola também é conteúdo" In: **Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí (18):37-42, jul./set. 1992.
- COSTA, Messias. **O rendimento escolar no Brasil e a experiência de outros países**. São Paulo, Loyola, 1990.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo, Cortez, 1991.
- GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola**. São Paulo, Cortez, 1992a.
- . **Escola vivida, escola projetada**. Campinas, Papirus, 1992b.
- . **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro, Graal, 1992c.
- GIROUX, Henry A. e Stanley Aronowitz. **Postmodern education: politics, culture and social criticism**. Oxford, Minn., University of Minnesota Press, 1991.
- MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1992 (col. "Educação": 13).
- . **Pedagogia: a ciência do educador**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1990 (Col. "Educação": 10).
- VATTIMO, Gianni. "A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica". In: **Tempo brasileiro**. Rio de Janeiro (108):9-18, jan./março 1992.

TEXTOS BÁSICOS PARA UMA REFORMA EDUCACIONAL

Com o objetivo maior de sistematizar a divulgação de textos sobre questões atuais da Educação Básica, tendo em vista disseminar conhecimentos e informações ampliando a visão crítica e melhorando o padrão de desempenho dos profissionais que atuam nos diferentes níveis e campos educacionais, o Ministério da Educação e Desporto através da Secretaria de Educação Fundamental propõe a publicação de textos, contendo três séries assim discriminadas:

SÉRIE ATUALIDADES PEDAGÓGICAS – visa dar tratamento e orientações às tendências que já se manifestam em muitos estados na área educacional propiciando às escolas uma maior e melhor atuação enquanto centros produtores de conhecimentos questões atuais da área educacional (autonomia da escola, gestão, avaliação adequação curricular, formação e capacitação de professores etc).

SÉRIE INOVAÇÕES com a qual se pretende difundir e estimular o intercâmbio de experiências reconhecidas como avanços significativos na busca da melhoria da qualidade e da produtividade do sistema educacional.

SÉRIE INSTITUCIONAL destinada à publicação de textos oficiais com vistas à divulgação de políticas, diretrizes e demais produções de órgãos gestores nacionais e internacionais.

Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Fundamental
Departamento de Desenvolvimento Pedagógico
Coordenação de Organização e Desenvolvimento do
Ensino Fundamental
Esplanada dos Ministérios Bloco L 6º andar
Brasília, DF

